

# Centro de Desenvolvimento Regional (CDR): uma aplicação na região polarizada pelo município de Campina Grande (PB)

Gesinaldo Ataíde Cândido<sup>1</sup>, Maria de Fátima Martins<sup>2</sup> e Amanda de Paula Aguiar Barbosa<sup>3</sup>

## Resumo

Os objetivos deste artigo são contextualizar e descrever o processo inicial de criação do Centro de Desenvolvimento Regional na região polarizada pelo município de Campina Grande, na Paraíba, a partir de políticas do Ministério da Educação desenvolvidas no sentido de articular e mobilizar atores sociais para o atendimento de demandas da sociedade, dentro de competências e habilidades que as universidades possuem. Foram coletados e analisados dados secundários e primários, os quais apontam a situação em que se encontra a região pesquisada no que diz respeito ao desenvolvimento e aos principais problemas enfrentados, especificamente referentes a acesso e formas de utilização dos recursos hídricos; processo de desertificação; apoio à agricultura familiar; e possibilidades de geração e utilização de energias renováveis.

## Abstract

*The purposes of this article are contextualize and describe the initial process of creation of the Regional Development Center in the region polarized by the municipality of Campina Grande, in Paraíba, based on policies of the Ministry of Education in order to articulate and mobilize social actors to meet demands of the society, within competencies and abilities the universities possess. Secondary and primary data were collected and analyzed, which point out the situation in which the region is surveyed in terms of development, as well as the main problems faced, specifically, access and ways of using water resources; desertification process; support for small family farming and the possibilities for generating and using renewable energy.*

1 Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor titular da Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG), pesquisador do CNPq e coordenador do CDR na Paraíba.

2 Doutora em Recursos Naturais pela UFCCG, professora adjunta da UFCCG e assessora técnica do CDR na Paraíba.

3 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA/UFCCG) e assessora administrativa do CDR na Paraíba.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Universidades. *Keywords:* *Development. Universities. Public* Políticas públicas. *policies.*

## 1. Introdução

No atual contexto político e econômico relacionado à geração do desenvolvimento, dois aspectos ganham maior relevância. O primeiro trata da necessidade de que tal processo seja o mais democrático possível, no qual os diversos atores sociais locais possam adquirir papel e importância cada vez mais acentuados. A outra questão refere-se a uma atuação mais preponderante e ao envolvimento mais direto das instituições de ensino e pesquisa e demais instituições que lidam com a ciência e tecnologia, considerando a importância da geração, disseminação e utilização da informação e do conhecimento. Independentemente desses dois aspectos, é necessário que, as políticas e ações para a viabilização do desenvolvimento sejam focadas para escopos geográficos menores e regiões com maior nível de homogeneidade nos seus contextos, nas suas características, assim como nos seus processos de formação histórica e cultural.

É nessa perspectiva que surgem, no Brasil, políticas e ações para a criação dos Centros de Desenvolvimento Regional (CDR), a partir de iniciativas do governo brasileiro, lideradas pelo Ministério da Educação (MEC), o qual se predispõe a apoiar a organização de uma agenda de ações das instituições de base técnico-científica, no sentido de atender ao interesse do desenvolvimento de suas regiões. A criação dos CDR também conta com a participação de representação parlamentar, via Centro de Estudos e Debates Estratégicos (CEDE) da Câmara dos Deputados, e de outras instituições de fomento ao ensino, à pesquisa, à ciência e à tecnologia no Brasil, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e as fundações de amparo a pesquisa (FAP) dos Estados. Tais representações partem do pressuposto de que as unidades de Ensino Superior e as demais instituições de ciência e tecnologia precisam ter papel preponderante no processo de geração do desenvolvimento regional.

Para a viabilização dos CDR nas universidades e outras instituições de ensino e pesquisa públicas, o MEC demandou ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) a elaboração de uma proposta para conduzir a implantação desses centros. Nesse sentido, o CGEE mobilizou sua

equipe e, dentre outras ações, realizou oficinas com a equipe interna do CDR e, posteriormente, com convidados externos para discutir o novo papel das universidades brasileiras para a geração do desenvolvimento nas regiões em que atuam. Nessas oficinas, foram discutidas as formas de participação, comprometimento e contribuições de cada uma das instituições de apoio às universidades, de modo a proporcionar a criação, a estruturação e o funcionamento dos CDR.

A primeira deliberação importante dessas oficinas foi a escolha de três regiões e universidades nelas localizadas, como alvo para a realização de experiências piloto, com vistas à instalação e ao funcionamento dos CDR. São elas: a) região polarizada pelo município de Campina Grande, na Paraíba, tendo o CDR a ser instalado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); b) região polarizada pelo município de Itapeva, no Estado de São Paulo, tendo o CDR a ser instalado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); e c) região polarizada pelo município de Bagé, no Rio Grande do Sul, tendo o CDR a ser instalado na Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

A outra deliberação relevante foi a elaboração, por parte do CGEE, de um guia para o lançamento das experiências piloto de criação dos CDR (CGEE, 2017). O documento tem como finalidade orientar as atividades necessárias ao lançamento e à operação das primeiras atividades dessas experiências, partindo do princípio de que esses centros são concebidos como vetores de apoio ao desenvolvimento. O guia tem como base, ainda, o alcance do maior número possível de objetivos, que serão definidos a partir da promoção de parcerias entre os diversos atores sociais de cada região.

Nessa perspectiva, adquire relevância o apoio das Instituições de Ensino Superior (IES) e de outras de ciência, tecnologia e inovação, considerando que, dentre os seus papéis, destaca-se a investigação de atividades de interesse dos atores locais, gerando melhores condições para a proposição e viabilização de projetos direcionados a atender a demandas específicas de cada região. Nesse caso, as funções dos CDR são mobilizar as competências disponíveis das instituições universitárias e de pesquisa; envolver as forças sociais e políticas para pensar e dar concretude a iniciativas e empreendimentos capazes de alavancar o desenvolvimento das localidades; e melhorar a qualidade de vida das populações nas regiões onde forem instalados os CDR.

A partir dessas considerações, o objetivo do presente artigo é contextualizar e descrever o processo inicial de criação do Centro de Desenvolvimento Regional na região polarizada pelo município de Campina Grande (PB). Em termos metodológicos, trata-se de um estudo descritivo e exploratório, que utiliza dados secundários de instituições públicas e privadas; informações sobre políticas e ações para geração do desenvolvimento na região; e indicadores de sustentabilidade. O trabalho também inclui o levantamento e a análise de dados primários obtidos a partir de

oficinas e workshops realizados com atores sociais envolvidos mais diretamente com o processo de desenvolvimento na região pesquisada.

Além deste conteúdo introdutório, o artigo apresenta: um breve aporte teórico acerca da contextualização do desenvolvimento regional; o papel e a importância que as instituições universitárias e de ciência e tecnologia possuem para as iniciativas e ações necessárias à viabilização do desenvolvimento regional; o detalhamento sobre a experiência de criação do Centro de Desenvolvimento Regional (CDR), no âmbito da região polarizada pelo município de Campina Grande; a análise de aspectos pertinentes ao desenvolvimento na região; a definição de algumas prioridades relacionadas aos problemas ali enfrentados; e as considerações finais.

## 2. Fundamentação teórica

### 2.1. Desenvolvimento regional

Desde a Revolução Industrial, no século 18, até meados dos anos 60 do século 20, foi preponderante a percepção de que “desenvolvimento” era sinônimo de “crescimento econômico” e de que tal desenvolvimento era decorrente do processo de industrialização, atrelado ao uso intensivo de recursos naturais e à criação de novas tecnologias voltadas ao atendimento das demandas das atividades produtivas, à redução de custos e à otimização das múltiplas formas de comercialização e consumo por parte da sociedade. Nesse contexto, havia a crença de que os processos de industrialização e os avanços tecnológicos redundariam em maior homogeneidade nos níveis de desenvolvimento dos países.

Tal percepção acerca do desenvolvimento passou a ser questionada a partir do fim da 2ª Guerra Mundial, quando correntes econômicas e sociais começaram a perceber que a problemática do desenvolvimento é muito mais ampla e envolve muitos outros aspectos, além do econômico. Nesse sentido, Schumpeter (1961) aponta que o desenvolvimento se constitui em um amplo processo, não decorre unicamente das condições econômicas criadas e existentes, mas também de um processo de evolução histórica e cultural vivenciados pela sociedade.

A partir de meados dos anos 60 do século passado, surge a percepção de que o desenvolvimento não se confunde com o crescimento econômico, em decorrência de suas contradições e seus efeitos. Com o processo de industrialização, houve ampla concentração de riqueza, aumento

de desigualdades e de exclusões sociais, associados ao uso intensivo de recursos naturais, o que resultou na diminuição da capacidade de resiliência dos sistemas sociais e naturais e no aumento da vulnerabilidade de países e povos. Nesse contexto, são admitidas novas abordagens para o desenvolvimento, dentre as quais, a referente à sustentabilidade, que inclui outras dimensões além da econômica, sendo elas a ambiental e a social. Do mesmo modo, deve ser levado em consideração que os processos de políticas e ações para a geração do desenvolvimento sejam os mais democráticos possíveis (SACHS, 2001).

Uma outra abordagem para a análise do desenvolvimento é proposta por Amartya Sen (2000), apontando que, para além da utilização de formas múltiplas de concepção e do viés democrático e participativo do processo, seria necessário que o Estado e as políticas públicas adotadas fossem capazes de propiciar as condições dignas de sobrevivência prioritariamente voltadas para alimentação, saúde, educação e segurança e, a partir disso, cada ator social poderia fazer suas próprias escolhas para atender as suas necessidades de crescimento pessoal e profissional.

Uma análise genérica acerca dos estudos e das pesquisas referentes ao desenvolvimento regional aponta duas vertentes. A primeira diz respeito à necessidade de articulação dos diversos atores envolvidos nesse processo, considerando as múltiplas formas de percepção sobre a formação histórica, econômica e cultural relacionada às políticas e ações para geração do desenvolvimento na região. Nesse contexto, Dallabrida e Becker (2008) apontam que o desenvolvimento regional é um processo capaz de: estimular as potencialidades para a superação de desafios locais; privilegiar a inclusão; eliminar privações ou não liberdades; promover os atores regionais à condição de sujeitos; e envolver os atores sociais no processo.

A segunda vertente, por sua vez, aponta o papel e a importância que as universidades e os órgãos envolvidos com a pesquisa, a ciência e a tecnologia adquirem, considerando o atual contexto econômico, político e social, baseado nas formas de acesso e utilização da informação e do conhecimento. É nesse sentido que o papel de tais instituições adquire mais importância, não só para a capacitação, mas também para gerar conhecimentos que possam facilitar o atendimento das demandas da população e, dessa forma, contribuir mais efetivamente para geração do desenvolvimento regional. Essa segunda vertente parte do princípio de que a educação deve ser considerada estratégica e, dessa forma, as universidades desenvolvem um papel central, como principal instância de geração e difusão da informação e do conhecimento para a sociedade.

Independentemente dessas duas vertentes, o desenvolvimento regional teve ter como eixo norteador a satisfação de necessidades e a melhoria das condições de vida da população, a partir da identificação das causas e conseqüências dos problemas existentes. E os encaminhamentos

das soluções, por sua vez, devem ser realizados da forma mais democrática possível. Nesse sentido, ganha cada vez mais importância a participação, a partir da incorporação dos conceitos de cidadania, de modo a contribuir para a formação de visões mais coletivas, capazes de ampliar o empoderamento da população e de promover a busca por garantia de mais igualdade, por meio de mecanismos de mobilização e articulação voltados a viabilizar as políticas de geração do desenvolvimento regional.

## 2.2. O papel das instituições universitárias e de ciência e tecnologia no processo de desenvolvimento regional

A melhoria dos níveis educacionais da população é fundamental para o desenvolvimento regional. Assim, políticas de fomento à formação e aumento do nível de competências e habilidades da população são iniciativas fundamentais adotadas pelas instituições locais e o poder público para oportunizar novas possibilidades de crescimento pessoal e profissional. Nesse cenário, as universidades cumprem importante papel como promotoras do desenvolvimento, tanto em relação a melhorias na formação profissional quanto à criação e aplicação de novas tecnologias capazes de atender às demandas de populações e localidades (ALVES, 2010; BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2002; FERREIRA e LEOPOLDI, 2013; RÊGO e CALEIRO, 2012).

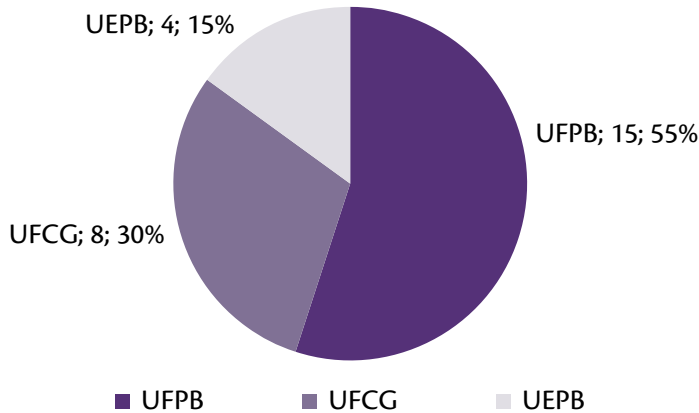
Para Cogo (2013), é necessária a realização de estudos e pesquisas relacionados aos impactos sociais, decorrentes da instalação e do funcionamento dessas instituições, sobre os atores locais e regionais, considerando o papel dos estabelecimentos universitários para geração do desenvolvimento regional. Nesse sentido, pode-se inferir que as universidades precisam ter envolvimento direto nas políticas e ações voltadas para geração do desenvolvimento, das mais variadas formas, como no aumento do nível de conhecimento; na transferência tecnológica; na oferta de condições para a busca e prática da inovação e para geração de emprego e renda; além da melhoria no nível de qualidade de vida da população.

Melo e Simões (2009) também apontam a importância da atuação das universidades e dos demais atores de áreas afins para geração do desenvolvimento, quer seja para formação e capacitação profissional, quer seja por meio da criação e aplicação de tecnologias capazes de atender a demandas específicas.

Outra contribuição relevante das universidades para a geração do desenvolvimento regional envolve as múltiplas possibilidades de interação dessas instituições com as empresas dos diversos setores e atividades econômicos na região, tendo em vista, entre outros aspectos, a proximidade

de relações/atuações entre universidades e empresas e o envolvimento com contextos e contingências comuns. Nesse caso, as universidades, por meio dos seus grupos de estudos e pesquisas, laboratórios e atividades diversas podem transmitir informações e conhecimentos para atender a demandas dos diversos setores produtivos na região (GARCIA *et al.*, 2011).

Especificamente em relação ao Estado da Paraíba, verifica-se um número significativo de iniciativas, tanto no âmbito de pós-graduação quanto de grupos de pesquisa nas Instituições de Ensino Superior que dedicam seus esforços a temas relacionados com o desenvolvimento regional e desenvolvimento sustentável. Os gráficos 1 e 2 apresentam o panorama da representatividade das instituições universitárias do Estado envolvidas diretamente com a temática em questão.



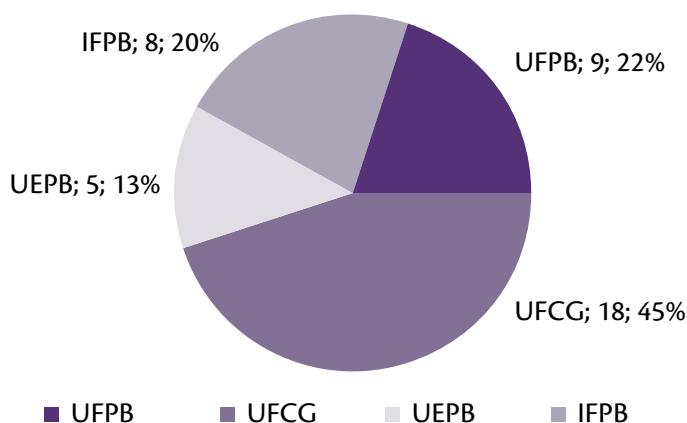
**Gráfico 1.** Programas de pós-graduação envolvidos com a temática do *Desenvolvimento Sustentável* por instituição de ensino na Paraíba

Nota: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Fonte: Equipe CDR - Campina Grande, 2017.



**Gráfico 2.** Grupos de pesquisa envolvidos com a temática do *Desenvolvimento Sustentável* por instituição de ensino na Paraíba

Nota: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Universidade Federal da Paraíba (UFPG)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)

Fonte: Equipe CDR - Campina Grande, 2017.

Percebe-se que, em termos quantitativos, a Universidade Federal da Paraíba (UFPG) possui maior representatividade em relação ao número de programas de pós-graduação em funcionamento que possuem vinculação com o tema do *Desenvolvimento Regional*, tendo como principais áreas de concentração assuntos relacionados à *Gestão Social e Ambiental*; *Biotecnologia*; e *Agricultura*. Na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), destacam-se, como áreas de concentração, os estudos voltados para *Ciência e Tecnologia Ambiental*; *Recursos Naturais*; e *Gestão Social e Ambiental*. A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) merece destaque no que tange à disponibilização de um programa de pós-graduação com área de concentração específica para o *Desenvolvimento Regional*, além de outros programas que tratam de *Ecologia*; *Ciências Ambientais*; e *Agricultura Familiar*.

A UFPG se sobressai em relação ao número de grupos de pesquisa em andamento, com áreas de concentração mais expressivas em *Recursos Florestais e Engenharia Ambiental*; *Sociologia*; e *Administração*. Na UFPG, as áreas de concentração que se destacam referem-se à área de *Direito e Administração*. Por sua vez, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), as áreas que estão em evidência são as de *Agronomia e Geociências*. Assim, verifica-se a pluralidade de eixos temáticos que tratam questões acerca do *Desenvolvimento Regional*



Sustentável e, portanto, revela a importância da multidisciplinaridade nesse contexto. Esses aspectos justificam a escolha da 3ª Região Geoadministrativa da Paraíba para compor o escopo geográfico de atuação do Projeto Piloto do Centro de Desenvolvimento Regional (CDR).

### 3. Experiência de criação do Centro de Desenvolvimento Regional (CDR) no âmbito da região polarizada pelo município de Campina Grande

#### 3.1. Atividades iniciais para criação do CDR

Para criação do CDR em Campina Grande (PB), o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC), em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), o Governo do Estado da Paraíba, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e o Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, realizaram, em 8 e 9 de junho de 2017, na capital da Paraíba, o Seminário Internacional “*Rumo Ao Desenvolvimento Sustentável: dos marcos globais às agendas regionais*”. Esse evento contou com a presença de diversos atores locais.

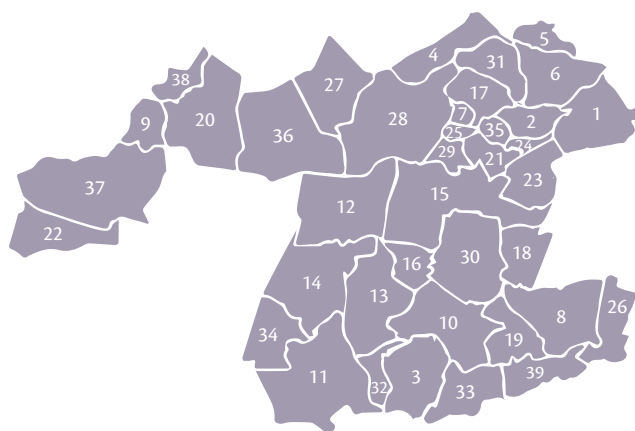
As atividades para o lançamento e a implementação do CDR em Campina Grande seguem as orientações do *Guia para o lançamento das experiências piloto de Centros de Desenvolvimento Regional*, elaborado pelo CGEE. O documento norteia as primeiras ações das experiências piloto de CDR no âmbito do Projeto CDR/MEC/CGEE, conforme descrito a seguir: 1) Atividades de preparação das estruturas mínimas necessárias ao deslanche das experiências piloto (infraestrutura, equipe, governança e contrapartidas regionais); 2) Articulação dos apoios regionais e identificação das experiências convergentes ou assemelhadas (mapa de atores, identificação de características regionais), bem como preparação do ato de lançamento dos CDR (mobilização e contratação das ações); e 3) Atividades de preparação da agenda estratégica, seleção dos projetos prioritários (inventário ou portfólio de projetos, método de planejamento participativo, critérios de seleção e monitoramento e avaliação).

Nessa perspectiva, foram realizadas oficinas para discussão da proposta de instalação dos CDR nas Instituições de Ensino Superior no Brasil e definição das regiões e universidades para experiências piloto. Foi promovido, ainda, o seminário, com a finalidade de oferecer espaço para discussão sobre a base teórica relacionada ao papel e à importância das universidades para geração do desenvolvimento regional. Posteriormente, foram iniciadas as atividades no âmbito

da região polarizada pelo município de Campina Grande, na principal instituição de ensino, pesquisa e extensão ali instalada, no caso, a UFCG.

A etapa inicial envolveu a busca e contratação de profissional para coordenar o projeto na região, além de pessoal de suporte administrativo e apoio técnico para o conjunto de atividades que seriam desenvolvidas. Tais seleções foram atreladas à identificação do envolvimento do coordenador com temáticas direta e indiretamente ligadas ao desenvolvimento regional, além da observação sobre a experiência pessoal e profissional dos futuros responsáveis pelo apoio administrativo e técnico às ações desenvolvidas no âmbito do CDR.

Em seguida, foram definidos o escopo geográfico de atuação do CDR na Paraíba e o local para instalação de sua unidade base. A partir de discussões com a representação do governo estadual, foi deliberado que o escopo geográfico do CDR seria a 3ª. Região Geoadministrativa da Paraíba (vide Figura 1). Essa escolha ocorreu em função dos campus sede da UFCG e da UEPB, além do segundo maior campus do IFPB, estarem instalados nesta região.



1. Alagoa Grande	9. Assunção	17. Esperança	25. Montadas	33. Santa Cecília
2. Alagoa Nova	10. Barra de Santana	18. Fagundes	26. Natuba	34. São Domingos do Cariri
3. Alcantil	11. Barra de São Miguel	19. Gado Bravo	27. Olivedos	35. São Sebastião de
4. Algodão de Jandaíra	12. Boa Vista	20. Juazeirinho	28. Pocinhos	Lagoa de Roça
5. Arara	13. Boqueirão	21. Lagoa Seca	29. Puxinanã	36. Soledade
6. Areia	14. Cabaceiras	22. Livramento	30. Queimadas	37. Taperoá
7. Areal	15. Campina Grande	23. Massaranduba	31. Remígio	38. Tenório
8. Aroeiras	16. Caturité	24. Matinhas	32. Riacho de Santo Antônio	39. Umbuzeiro

**Figura 1.** Região de Atuação do projeto-piloto do CDR na Paraíba

Fonte: Equipe CDR - Campina Grande, com base no Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas. (SIRGAS 2000). Base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A 3ª região Geoadministrativa da Paraíba é composta por 39 municípios, sendo: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandáira, Arara, Areia, Areial, Aroeiras, Assunção, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Campina Grande, Caturité, Esperança, Fagundes, Gado Bravo, Juazeirinho, Lagoa Seca, Livramento, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Natuba, Olivedos, Pocinhos, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, São Domingos do Cariri, São Sebastião de Lagoa de Roça, Soledade, Taperoá, Tenório, Umbuzeiro.

Ainda durante as discussões entre os representantes das instituições e do CGEE, foi deliberado que a sede do Centro de Desenvolvimento Regional funcionaria na UFCCG, onde foi destacada uma sala com a infraestrutura inicial para o seu funcionamento, bem como definida a equipe que atuaria no local, composta por um coordenador, um assistente administrativo e um técnico. Foi proposta, ainda, a Estrutura de Governança para o funcionamento do CDR, dividida em três instâncias:

A **primeira instância** é formada por representações de cada instituição pública de ensino, pesquisa e extensão localizada no Estado da Paraíba, sendo estas: Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); e Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba (IFPB). Cada uma dessas instituições indicou representantes no CDR, os (as) quais ficarão responsáveis pela formação de equipes técnicas em cada unidade de ensino. Cada equipe está encarregada das atividades a serem desenvolvidas, além da mobilização e articulação dos atores sociais nas suas áreas de atuação.

A **segunda instância** é composta por representações das instituições, das empresas e dos órgãos envolvidos direta e indiretamente com políticas e ações voltadas para a geração do desenvolvimento na região. Nesse sentido, foram realizados os contatos com membros dos poderes executivo estadual e municipais para discutir formas de participação e envolvimento de tais gestões no CDR, com parcerias iniciais já firmadas com as seguintes instâncias: a) *Centros de Estudos e Pesquisas* - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Instituto Nacional do Semiárido (Insa); Instituto de Desenvolvimento do Estado da Paraíba (Idep); b) *Instituições de Apoio à Atividade Econômica* - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (Sebrae/PB); Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PAQTc); Centro de Inovação e Tecnologia Telmo Araújo (Cita); c) *Instituições de classe* - Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiep); e d) *Instituições financeiras* - Banco do Nordeste (BnB).

A **terceira instância** é composta por representações dos poderes executivo estadual e municipal, incluindo, entre outros, secretarias municipais e câmaras de vereadores. Para representar o Governo do Estado da Paraíba, foram contatadas as secretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão; Desenvolvimento e Articulação Municipal; Infraestrutura; Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia; e Planejamento, Orçamento e Gestão. Além disso, foi mobilizado o poder público municipal da 3ª Região Geoadministrativa de Campina Grande, com representantes das prefeituras e câmaras de vereadores de cada uma das cidades que compõem esta região.

A partir dessa estruturação inicial, foram realizadas reuniões com os membros da primeira instância e de apoio administrativo para discutir e deliberar acerca dos atores sociais a terem envolvimento direto com o CDR. Nesse sentido, ficou estabelecido que todos os atores sociais constantes na segunda e terceira instância deveriam ser mobilizados e convidados para participação nas discussões relacionados aos encaminhamentos e ações do CDR.

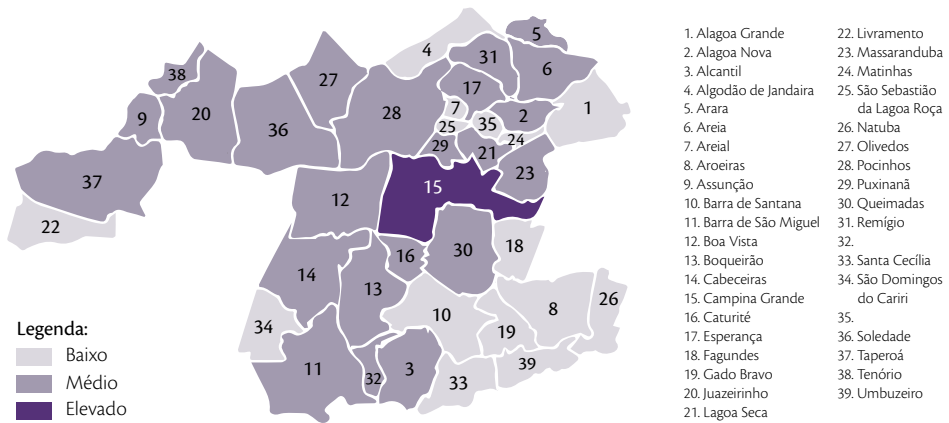
Os contatos com os atores sociais foram realizados com a finalidade de informá-los sobre a criação, os objetivos e as ações iniciais do CDR. Também tiveram como propósito o convite para que participassem da oficina de apresentação do CDR, evento programado para discutir prioridades e ações a serem desenvolvidas a partir de demandas dos municípios, levando-se em consideração as competências das instituições de ensino, pesquisa e extensão participantes do CDR, assim como dos centros e institutos de pesquisa instalados na região. Outros objetivos dessa aproximação com os atores sociais foram: 1) contatar diretamente as lideranças locais mais expressivas (políticas, empresariais, sindicais, ambientais, etc.) e convocá-las para participar do CDR; 2) divulgar o projeto e suas características essenciais para os atores regionais; e 3) propor uma forma de organização das atividades do CDR e discutir com os atores a melhor maneira de estabelecer a comunicação e estruturar as ações.

Nesse sentido, as atividades do CDR foram direcionadas à identificação das prioridades referentes ao desenvolvimento regional, como forma de definir a atuação deste centro na 3ª Região Geoadministrativa de Campina Grande. Para tanto, foi realizada a Primeira Oficina de Alvos, que teve como objetivos: articular os atores em torno do apoio ao desenvolvimento da região, que é composta por 39 municípios; e definir um conjunto de prioridades para guiar as ações do CDR.

### 3.2. Delimitação dos alvos de desenvolvimento regional

Os municípios que compõem a 3ª Região Geoadministrativa de Campina Grande apresentam diversos aspectos que os diferenciam em termos de potencial de desenvolvimento. A Figura 2 evidencia a região dividida em três grupos, sendo um formado pelos municípios com menor potencial de desenvolvimento, outro com aqueles que apresentam médio potencial e aqueles com maior potencial de desenvolvimento.

Para essa classificação, foram consideradas as seguintes variáveis: População total; Taxa de crescimento populacional; Densidade demográfica por quilômetro quadrado (Km<sup>2</sup>/hab); Área territorial (Km<sup>2</sup>); Percentual estimado da população infantil (0-14 anos); Percentual estimado da população jovem (15-29 anos); Percentual estimado da população adulta (30-59 anos); Percentual estimado da população idosa (+60 anos); Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*; População economicamente ativa (População ocupada, Percentual das receitas oriundas de fontes externas, Diversidade de atividades formais, Número de empresas formais, Percentual de empregos formais na administração pública); e Famílias atendidas por programas sociais.



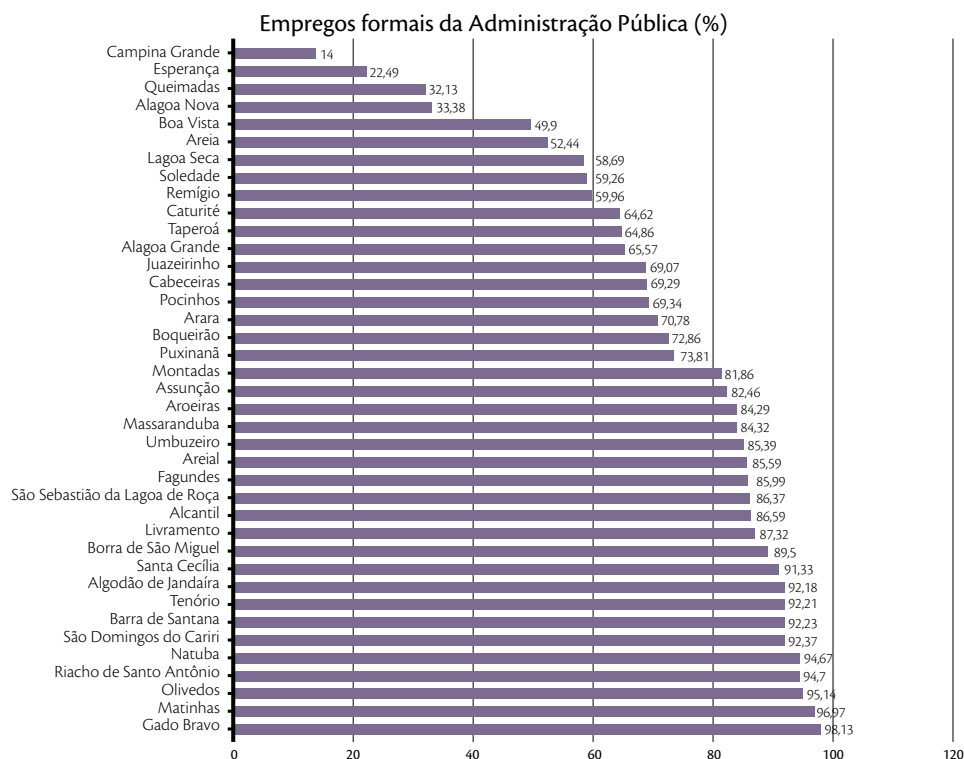
**Figura 2.** Potencial de desenvolvimento dos municípios

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas em Indicadores de Sustentabilidade (GEPIS) e Equipe CDR - Campina Grande, com base no Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas. (SIRGAS 2000). Base de dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM) - 2010.

De acordo com a Figura 2, verifica-se que 16 municípios (Gado Bravo, Fagundes, São Domingos do Cariri, Livramento, Aroeiras, Santa Cecília, Arara, Barra de Santana, Matinhas, Alagoa Grande, Montadas, Umbuzeiro, Natuba, Algodão de Jandáira, São Sebastião de Lagoa de Roça, Areal) apresentam baixo potencial de desenvolvimento. Com médio potencial de desenvolvimento,

foram identificados 22 municípios (Olivedos, Riacho de Santo Antônio, Puxinanã, Cabeceiras, Caturité, Massaranduba, Assunção, Remígio, Alcantil, Pocinhos, Juazeirinho, Barra de São Miguel, Boqueirão, Alagoa Nova, Taperoá, Tenório, Lagoa Seca, Areia, Soledade, Esperança, Queimadas, Boa Vista). Apenas um município (Campina Grande) registra elevado potencial de desenvolvimento.

Um aspecto que merece destaque em relação aos municípios com baixo potencial de desenvolvimento consiste na dependência referente à transferência de recursos por parte do governo federal, principalmente por meio dos programas sociais. Outro aspecto é a pouca diversidade de atividades econômicas, tanto nos municípios com baixo quanto com médio potencial de desenvolvimento, cuja principal renda formal da população é oriunda da administração pública, conforme evidenciado no Gráfico 3.

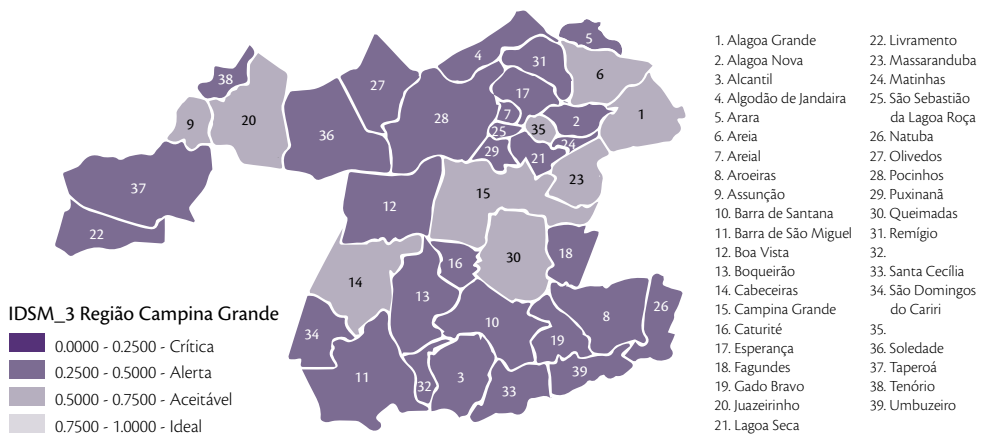


**Gráfico 3.** Percentual de empregos formais na Administração Pública

Fonte: Elaborado pelo GEPIS e CDR - Campina Grande (2017) com base em: <http://www.rais.gov.br/>

Ainda referente ao fato de que na grande maioria dessas localidades os empregos formais estejam concentrados na administração pública, os piores resultados foram verificados nos municípios de Gado Bravo, Matinhas, Olivedos, Riacho de Santo Antônio e Natuba. Além dos empregos na administração pública, esses municípios apresentam, de forma muito incipiente, outras atividades formais: Gado Bravo conta com o comércio; Matinhas conta com o comércio, o serviço e a agropecuária; Olivedos conta com o comércio e o serviço; Riacho de Santo Antônio conta com a construção civil, o comércio e o serviço; e Natuba tem indústria de transformação, serviços e comércio. Apenas cinco municípios apresentam uma distribuição com maior equilíbrio dos empregos formais em outras atividades econômicas, ou seja: Boa Vista, Alagoa Nova, Queimadas, Esperança e Campina Grande.

Diante desses dados, torna-se oportuno mostrar o resultado geral da avaliação da sustentabilidade dos municípios da região. Para isso, foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM), indicador construído a partir das dimensões ambiental, econômica, político-institucional e social, cujo resultado final encontra-se na Figura 3.



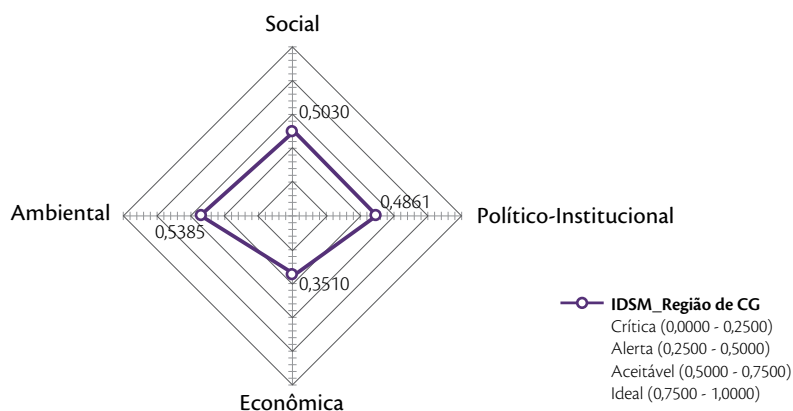
**Figura 3.** IDSM dos municípios da 3ª Região Geoadministrativa de Campina Grande

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas em Indicadores de Sustentabilidade (GEPIS) e Equipe CDR - Campina Grande, com base no Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas. (SIRGAS 2000). Base de dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM) - 2010.

Verifica-se, com esses resultados, que os municípios estão em estado de alerta e aceitável. Os melhores resultados foram apresentados por Campina Grande, Cabaceiras e Areia. Os piores, por sua vez, foram registrados por Santa Cecília, Taperoá e Gado Bravo.

No que diz respeito às dimensões sociais, ambientais, econômicas e político-institucionais, o Gráfico 4 expõe os resultados pertinentes ao IDSM.

### IDSM 0,4593



**Gráfico 4.** IDSM da 3ª Região Geoadministrativa de Campina Grande (PB)

Fonte: GEPIS e CDR - Campina Grande (2017).

Os resultados mostram um índice médio para a 3ª Região de 0,4593, interpretado como em alerta, tendo um índice ambiental de 0,5385 (aceitável); social de 0,5030 (aceitável); político institucional de 0,4861 (alerta); e um índice econômico de 0,3510, sendo o pior índice observado, o que ressalta a necessidade de fortalecer as atividades econômicas locais, considerando o contexto de cada município.

No tocante ao desenvolvimento regional sustentável, os atores que integram o CDR identificaram os pontos fortes e fracos, bem como as prioridades para acelerar o desenvolvimento da região, conforme exposto na Tabela 1.

A partir das considerações acerca dos pontos fortes e fracos discutidos pelos atores, que incluíram aspectos relativos às fragilidades e potencialidades da região, chegou-se ao consenso de que as ações prioritárias de desenvolvimento para a atuação do CDR de Campina Grande deveriam ser concentradas no acesso e nas formas de utilização de recursos hídricos, nas iniciativas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar, nos programas de minimização dos efeitos da desertificação e no incentivo à geração de energias renováveis.



**Tabela 1.** Pontos fortes, fracos e prioridades do desenvolvimento regional

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grande número de instituições de pesquisa - universidades, institutos federais de educação ciência e tecnologia (IFES) e instituições específicas de ciência e tecnologia (C&amp;T);</li> <li>• Diversidade de atividades econômicas informais (e formais);</li> <li>• Localização geográfica central no Estado e malha viária (recorte território da Borborema, Cariris Oriental e Ocidental, Seridó e Vale do Paraíba);</li> <li>• Polo tecnológico e Educação Técnica/Superior; e</li> <li>• Turismo rural / Potencial produtivo agropecuário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de sinergia entre as instituições;</li> <li>• Falta de diálogo entre o meio acadêmico e a sociedade;</li> <li>• Grande susceptibilidade à degradação dos recursos naturais (e formas indevidas de exploração destes recursos);</li> <li>• Falta de visão estratégica do planejamento orçamentário municipal;</li> <li>• Ausência de políticas públicas (segurança, recursos hídricos, saúde, etc.); e</li> <li>• Falta de organização dos arranjos produtivos.</li> </ul>
<b>O que podemos fazer para melhorar?</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar a comunicação, em termos de linguagem e de relações pessoais, de forma que as tecnologias desenvolvidas sejam traduzidas em ações que atendam às demandas da sociedade;</li> <li>• Incentivar a extensão para fazer essa interlocução (ou alternativas nesse sentido);</li> <li>• Aprimorar tecnologias sociais já existentes para que sua utilização seja ampliada;</li> <li>• Disponibilizar o acesso, para a sociedade, ao “banco de competências” instalado na região; e</li> <li>• Fortalecer a extensão universitária.</li> </ul>	
<b>Objetivos estratégicos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades familiares (agropecuária, calçados, mineração, confecções, etc.);</li> <li>• Energias renováveis;</li> <li>• Recursos hídricos e recuperação de áreas degradadas.</li> <li>• Melhorar a qualidade da educação básica (alvo: educação básica);</li> <li>• Disseminar o ensino técnico (alvo: capacitação); e</li> <li>• Articular as políticas públicas com as realidades de cada região (alvo: melhorar a eficiência da gestão pública).</li> </ul>	
<b>Alvos de desenvolvimento regional</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acesso e formas de utilização dos recursos hídricos;</li> <li>2. Apoio à agricultura familiar;</li> <li>3. Susceptibilidade à desertificação;</li> <li>4. Geração de energias renováveis;</li> </ol>	

Fonte: Equipe CDR – Campina Grande, com base na 1ª Oficina de Alvos (2017).

## 4. Considerações finais

Os resultados obtidos com a realização deste trabalho apontam que a iniciativa de criação dos Centros de Desenvolvimento Regional nas universidades públicas brasileiras pode ser contributiva para viabilizar a geração do desenvolvimento regional de forma mais sustentável, considerando, ainda, o papel e a importância da participação do poder público nesse processo. Dentre outras razões, destaca-se a relevância que este tipo de organização adquire numa sociedade, na qual os mecanismos para acesso, disseminação e utilização da informação e do conhecimento se tornam cada vez mais imprescindíveis para o atendimento das demandas da população. Por sua vez, as metodologias de adoção de políticas e ações neste sentido devem ser as mais democráticas e participativas possíveis. Além disso, as universidades, enquanto instituições, têm amplo respaldo social para liderar e conduzir o processo de geração do desenvolvimento, sobretudo na mobilização e no envolvimento dos diversos tipos de atores, desde integrantes de instâncias governamentais, passando pelas representações parlamentares e demais instituições direta e indiretamente envolvidas com essa temática.

No caso específico da região polarizada por Campina Grande e da Universidade Federal de Campina Grande, alguns aspectos do contexto merecem destaque: a quantidade e qualidade dos seus cursos de graduação e pós-graduação, assim como dos seus grupos de pesquisa e laboratórios, na sua maioria, atuando para o atendimento de demandas locais, o que se caracteriza pela forte interação desta instituição de ensino com setores e atividades econômicas da região e pelas efetivas ações para suprir demandas sociais ali existentes. Tais características e uma atuação mais efetiva do CDR possibilitam o incremento da atuação desta universidade para atender novas e crescentes demandas sociais, econômicas e políticas na região.

Nesse sentido, as características e condições da UFCG permitem o atendimento dos aspectos destacados anteriormente e dos problemas prioritários elencados pelos atores sociais pesquisados, quais sejam: formas de acesso e utilização dos recursos hídricos na região; apoio a atividades econômicas, em especial a pequena agricultura familiar; ações para mitigar os efeitos do processo de desertificação existente nas áreas rurais; e apoio à geração e utilização de energias renováveis. Neste caso, existem grupos de pesquisa e programas de pós-graduação que têm produtos e processos capazes de auxiliar na solução de problemas relacionados a essas prioridades, cabendo ao CDR mobilizar e articular tais demandas sociais e de fenômenos relacionados a setores e atividades econômicas com as devidas competências e habilidades desenvolvidas e existentes nas universidades e em centros de pesquisa na região.

É necessário, ainda, avançar no levantamento de outros tipos de problemas existentes na região polarizada por Campina Grande, assim como em todo semiárido do Nordeste brasileiro, em especial aqueles ligados às demandas sociais relacionadas aos serviços de educação, saúde e infraestrutura, além de novas vocações e potencialidades econômicas. Tal levantamento e as devidas ações de mobilização e articulação dos atores sociais passam a ser prioridade nas novas atividades a serem desenvolvidas no âmbito do CDR da região polarizada por Campina Grande.

## Referências

ALVES, J.A.B. **Impacto socioeconômico da universidade numa visão da economia do conhecimento**. 178 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual do Ceará UnC. 2010.

AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da universidade. **Estudos Avançados**. São Paulo. v. 90, n. 90, p. 75-87.

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 2002. (Texto para discussão n. 857).

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **Guia para o lançamento das experiências piloto de Centros de Desenvolvimento Regional: Projeto CDR/MEC/ CGEE**. Brasília. 2017.

COGO, E.L. A universidade como mecanismo de construção do desenvolvimento regional. **Revista Saber**. Erechim, v. 1, n. 2, 2013.

DALLABRIDA, V.R.; BECKER, D.F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, D.F.; WITTMANN, M.L. (Orgs.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008. p. 175-213.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORE, L. Anatomy of the entrepreneurial university. **Social Science Information**, v. 52, n. 2, p. 486-511, 2013.

FERREIRA, A.; LEOPOLDI, M.A. A contribuição da universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional: a percepção de gestores e pesquisadores. **Revista Gual – Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 1, n. 6, p. 60-82, jan. 2013.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Nacional, 1981.

GARCIA, R.; ARAÚJO, V.; MASCARINI, S.; SANTOS, E.G. Os efeitos da proximidade geográfica para o estímulo da interação universidade-empresa. **Revista de Economia** (Curitiba), v.37, p.307-330. 2011.

MELO, L.M.C.; SIMÕES, R. **Desigualdade econômica regional e spillovers espaciais: evidências para o nordeste do Brasil**. 2009

RÊGO, C.; CALEIRO, A. Em torno do contributo das instituições de ensino superior para a dinâmica regional de crescimento econômico. In: APDR CONGRESS INNOVATION AND REGIONAL DYNAMICS, 18, 2012. Faro, Portugal. **Anais...** Faro. Universidade de Algarve, 2012, p. 1011-1021.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEM, A.K. El desarrollo como libertad. **Gaceta Ecológica**, n. 55, 2000.